

Projeto de Lei nº 5781, de 2023

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Ementa:

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Assunto: Jurídico - Processo
Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão:	-	Último local:	20/03/2025 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Destino:	-	Último estado:	20/03/2025 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 170 de 2024

Requerimento nº 848 de 2024

Despacho:

07/02/2024

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senadora Jussara Lima (encerrado em 01/02/2025 - Retorno do titular)
Senador Marcos Rogério (encerrado em 20/03/2025 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

20/03/2025 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

20/03/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Marcos Rogério por deliberação da matéria.
À CCJ para prosseguimento da tramitação.

19/03/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

TRAMITAÇÃO

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 4ª Reunião, extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto.

Publicado no DSF Páginas 162-167 - DSF nº 35

14/03/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 04ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 19/03/2025.

11/03/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido relatório do Senador Marcos Rogério com voto pela aprovação do Projeto.

25/02/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Marcos Rogério, para emitir relatório.

01/02/2025 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Relatoria encerrada tendo em vista que o(a) relator(a) deixou o exercício em decorrência do retorno do titular do mandato.

20/05/2024 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Jussara Lima, para emitir relatório.

08/02/2024 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebida na CDH. Aguardando distribuição.

07/02/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: A matéria vai à CDH, seguindo posteriormente à CCJ.

Publicado no DSF Páginas 145-146 - DSF nº 4

13/12/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Projeto de Lei nº 5781, de 2023

TRAMITAÇÃO

Ação: Autuado o Projeto de Lei nº 5781/2023, proveniente da Câmara dos Deputados. O projeto vai à publicação.

Publicado no DSF Páginas 226-230 - DSF nº 218

DOCUMENTOS

PL 5781/2023

Data: 13/12/2023

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Autuado o Projeto de Lei nº 5781/2023, proveniente da Câmara dos Deputados. O projeto vai à publicação.

Descrição/Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Avulso inicial da matéria

Data: 13/12/2023

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Autuado o Projeto de Lei nº 5781/2023, proveniente da Câmara dos Deputados. O projeto vai à publicação.

Descrição/Ementa: -

Correspondência Eletrônica

Data: 19/07/2024

Autor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - TJPR

Local: null

Descrição/Ementa: ENCAMINHA NOTA TÉCNICA DE APOIO AO PL Nº 5.781-2023, REF. DECRETAÇÃO, DE OFÍCIO, DE MEDIDAS CAUTELARES PARA CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Relatório Legislativo

Data: 11/03/2025

Autor: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Recebido relatório do Senador Marcos Rogério com voto pela aprovação do Projeto.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5781, de 2023, que Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Listagem ou relatório

Data: 19/03/2025

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 4ª Reunião CDH

DOCUMENTOS

P.S 3/2025 - CDH

Data: 19/03/2025

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 4ª Reunião, extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5781, de 2023, que Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).